



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO CEARÁ

CONTEXTUS

REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ECONOMIA E GESTÃO

Contextus – Contemporary Journal of Economics and Management

ISSN 1678-2089
ISSNe 2178-9258

www.periodicos.ufc.br/contextus

Empreendedorismo público à luz das teorias da prática

Public entrepreneurship in light of theories of practice

Emprendimiento público a la luz de las teorías de la práctica

<https://doi.org/10.19094/contextus.2022.72212>

Camila de Assis Silva

<https://orcid.org/0000-0001-7295-8988>

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade Federal de Lavras (PPGA/UFLA)

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras (PPGA/UFLA)

camila_assis16@hotmail.com

Elisabeth Thaianie Tercino de Araújo

<https://orcid.org/0000-0001-6402-726X>

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade Federal de Lavras (PPGA/UFLA)

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras (PPGA/UFLA)

elisabethtercino@yahoo.com.br

José Edemir da Silva Anjo

<https://orcid.org/0000-0002-5989-1173>

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade Federal de Lavras (PPGA/UFLA)

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGAdm/UFES)

anjo.joseedemir@gmail.com

Valéria da Glória Pereira Brito

<http://orcid.org/0000-0002-4757-0129>

Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade Federal de Lavras (PPGA/UFLA).

Doutorado pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais (CEPEAD/UFMG)

vgpbrito@gmail.com

Daniela Meirelles Andrade

<https://orcid.org/0000-0001-7893-4629>

Professora Adjunta do Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras (DAE/UFLA).

Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras (PPGA/UFLA)

daniela.andrade@ufla.br

RESUMO

O objetivo deste estudo é compreender a ação empreendedora no empreendedorismo público à luz das teorias da prática. É realizado um diálogo com as articulações teórico-conceituais entre a noção de ação empreendedora presente nos estudos de empreendedorismo público com o movimento dos estudos das teorias da prática. Foram utilizados essencialmente dados secundários, tendo como base a produção científica referente ao objeto estudado, os quais foram analisados por meio de uma revisão narrativa. Pôde-se observar que o elo entre as teorias da prática e o empreendedorismo no setor público, consiste na ação empreendedora. Isso é possível devido ao fato de que a ação empreendedora permite considerar o empreendedorismo público como uma prática.

Palavras-chave: empreendedorismo público; prática; revisão narrativa; ação empreendedora; construção alternativa.

ABSTRACT

The purpose of this study is understanding the entrepreneurial action in the light of the theories of practice. The article establishes a dialogue through the theoretical-conceptual articulations between the notion of entrepreneurial action, present in the studies of public entrepreneurship and the movement of studies on the theories of practice. The data utilized was essentially secondary, based on the scientific production referring to the object of study, which was analyzed through a narrative review. It could be observed that the link between the theories of practice and entrepreneurship in the public sector consists in the entrepreneurial action. This can be observed due to the fact that the entrepreneurial action allows considering public entrepreneurship as a practice.

Keywords: public entrepreneurship; practice; narrative review; entrepreneurial action; alternative construction.

RESUMEN

El propósito de este estudio es comprender la acción emprendedora en el emprendimiento público a la luz de las teorías de la práctica. Se realiza un diálogo con las articulaciones teórico-conceptuales entre la noción de acción emprendedora presente en los estudios del emprendimiento público con el movimiento de los estudios de las teorías de la práctica. Se utilizaron datos esencialmente secundarios, basados en la producción científica referente al objeto de estudio, analizados a través de una revisión narrativa. Se pudo observar que el vínculo entre las teorías de la práctica y el emprendimiento en el sector público consiste en la acción emprendedora. Esto es posible debido a que la acción emprendedora permite considerar el emprendimiento público como una práctica.

Palabras clave: emprendimiento público; práctica; revisión narrativa; acción emprendedora; construcción alternativa.

Informações sobre o Artigo

Submetido em 06/10/2021

Versão final em 13/01/2022

Aceito em 13/01/2022

Publicado online em 05/04/2022

Comitê Científico Interinstitucional

Editor-Chefe: Diego de Queiroz Machado

Avaliado pelo sistema *double blind review* (SEER/OJS – versão 3)



Como citar este artigo:

Silva, C. A., Araújo, E. T. T., Anjo, J. E. S., Brito, V. G. P., & Andrade, D. M. (2022). Empreendedorismo público à luz das teorias da prática. *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 20(7), 88-98.

<https://doi.org/10.19094/contextus.2022.72212>

1 INTRODUÇÃO

A discussão acerca do empreendedorismo tem se ampliado cada vez mais nos trabalhos nacionais, especialmente no âmbito das ciências administrativas. De modo geral, seu conceito está fortemente associado à “concepção do negócio” (Lumpkin & Dess, 1996). Diversas abordagens são adotadas como lente de análise, sobretudo aquelas direcionadas aos aspectos econômicos e comportamentais. Destaque-se que no cenário brasileiro, a partir da década de 1990, ocorreu o fortalecimento do empreendedorismo no contexto do setor público, tornando-se um elemento requisitado para a garantia de qualidade dos serviços públicos prestados. Logo, para o presente estudo, as reflexões realizadas têm ênfase no empreendedorismo sob a ótica da prática aplicada ao setor público.

A noção de empreendedorismo público foi orientada principalmente pelo movimento de “Reinvenção do Governo” da década de 1990, associado aos princípios da *New Public Management* (NPM) ou Nova Administração Pública. Conforme destacam Martins et al. (2007), a NPM consistiu-se em um modelo de administração pública que teve como ponto de partida o entendimento de que as organizações públicas poderiam ser gerenciadas nos moldes das organizações privadas, com o intuito de tornar o setor público mais eficiente e moderno.

Neste cenário, a proposta era repensar o contexto moroso e estático das organizações públicas utilizando-se de práticas e conceitos presentes nas circunstâncias das organizações privadas (Valadares & Emmendoerfer, 2015). Em suma, com a reforma da administração pública, a esse setor foram atribuídas características da administração privada, na tentativa de torná-lo mais flexível e tendo como base para sua atuação uma boa gestão focada em objetivos (Silva et al., 2016).

Paiva (2004) destaca que o empreendedor se trata da pessoa que realiza as suas atividades conjuntamente com outros indivíduos. Isto é, as ações são desenvolvidas de forma colaborativa por gestores que possuem objetivos comuns. Assim, conforme Emmendoerfer (2019) afirma, ter iniciativa, gerar ideias e inovações, correr riscos calculados, agir com liderança e comprometimento são alguns comportamentos empreendedores que todas as pessoas possuem em potencial, que podem ser de alguma forma estimulados e desenvolvidos de acordo com os interesses dos governantes e/ou gestores públicos.

Outro conceito importante nesta discussão é o da ação empreendedora. Desde as postulações iniciais de Schumpeter (1949), a percepção sobre a ação empreendedora tem passado por significativas transformações, as quais, tendo seu escopo ampliado, buscam compreender não somente a criação de novos negócios, mas como o ato empreendedor ocorre (Zica et al., 2016). Logo, esta trata-se de uma atividade inovadora que pode gerar resultados comprovados, além de estar de

acordo com as demandas e ofertas do mercado. Notadamente, a atitude do empreendedor está voltada para o processo de inovação, todavia, a ação empreendedora apresenta-se como prioridade de seus afazeres (Lenzi et al., 2010).

Pode-se afirmar, portanto, que o empreendedor pode atuar tanto na criação de novos negócios, quanto na inovação dentro da atividade. Com isso, o empreendedorismo geralmente é visto como um processo que cria valor individual, organizacional e social, sendo considerado de grande importância para a sociedade como um todo (Silva et al., 2016). Nesse sentido, observa-se que a ação empreendedora empregada no setor público pode ser utilizada nos reconhecimentos de oportunidades, ao se tratar do potencial dos novos recursos, como elementos que surgiram a partir da melhoria ou concepção de um empreendimento existente ou que será estabelecido.

Por outro lado, as abordagens funcionalistas acerca do empreendedorismo e dentro de um espaço de pesquisas marcado majoritariamente por teorias funcionalistas e pressupostos instrumentais, outras perspectivas emergem como promissoras para o estudo do empreendedorismo (Marins & Davel, 2019). Essas novas abordagens possuem associação com as discussões referentes à necessidade de examinar alternativas teóricas às correntes funcionalistas que têm como bases as teorias econômica e comportamental, ou seja, as teorias mais tradicionais do empreendedorismo (De Clercq & Vonorov, 2009). Assim, ainda que de modo incipiente, a perspectiva da prática emerge e busca contribuir com uma melhor compreensão da atividade de empreender na relação entre indivíduos e contexto (Watson, 2013), bem como na integração de questões diversas (Marins & Davel, 2019).

Desse modo, as teorias da prática começam a ser apresentadas na literatura (Borges et al. 2016; Borges, 2017) como uma alternativa às teorias convencionais nas discussões acerca do empreendedorismo. Assim sendo, ao encontro a esse pensamento, Borges et al. (2016) afirmam que as ligações existentes entre as perspectivas desse fenômeno, bem como a conceituação da ação empreendedora, permitem que o empreendedorismo seja considerado como prática. Nessa perspectiva, compreender o empreendedorismo por meio das práticas, possibilita o melhor entendimento sobre as verdadeiras atividades desenvolvidas por empreendedores, entre as quais são consideradas as decisões que possuem o alicerce em realizações e entendimentos (Anderson & Ronteau, 2017).

No entanto, neste estudo a ênfase não está tanto no tratamento da questão conceitual, mas tão somente o ato de refletir sobre o empreendedorismo público enquanto prática, bem como as formas pelas quais as ações empreendedoras destacam-se como um recurso importante para essa abordagem. Dessa forma, esse artigo se desenvolve a partir da seguinte pergunta de pesquisa ou problemática: como as teorias da prática podem contribuir

para o entendimento da ação empreendedora no serviço público? Para responder a essa pergunta, o objetivo do trabalho visa compreender a ação empreendedora no empreendedorismo público à luz das teorias da prática.

Para alcançá-lo, buscou-se o respaldo em um aporte teórico, que ainda conta com poucos estudos sobre empreendedorismo público, bem como o vínculo entre a ação empreendedora e as teorias da prática. Portanto, com esse estudo busca-se propor discussões e reflexões acerca das teorias da prática voltadas para o empreendedorismo no setor público, além de colaborar com um campo ainda pouco explorado, especialmente no âmbito dos estudos organizacionais. As pesquisas referentes ao empreendedorismo ressaltam a importância da ação empreendedora para o entendimento do mesmo (Julien, 2010), logo, compreende-se a própria ação empreendedora como um objeto de estudo bastante relevante para o empreendedorismo público.

Esse artigo trata-se, portanto, de uma reflexão teórica, elaborada coletivamente, cujos limites foram delimitados pelos autores desta proposta. Em termos metodológicos, foram utilizados essencialmente dados secundários, tendo como base a produção científica referente ao objeto estudado, os quais foram analisados por meio de uma revisão narrativa. A análise realizada pode ser concebida como uma forma de metodologia interativa entre a subjetividade dos envolvidos e a objetividade da revisão realizada. Nesse sentido, a principal contribuição desse trabalho, além da discussão apresentada, consiste na apresentação de um esquema teórico, o qual evidencia a relação entre o empreendedorismo público e as práticas.

Para a concepção desse trabalho, foi realizada uma revisão da literatura sobre os dois eixos temáticos abordados nas nossas discussões, para que fosse possível compreender em que momento estes relacionam-se. A estrutura desse estudo está dividida em cinco seções. Inicialmente é apresentada a introdução. Na segunda seção, são apresentadas as teorias da prática. Posteriormente são expostos o empreendedorismo e a ação empreendedora no setor público. Na quarta seção são apresentadas as reflexões acerca das contribuições das teorias da prática com o empreendedorismo no setor público. Na quinta seção são apresentadas as considerações finais. E, por fim, as referências bibliográficas.

2 TEORIAS DA PRÁTICA

A epistemologia das práticas emerge a partir dos pensamentos provocados, entre outros, por Martin Heidegger, Karl Marx, Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Bruno Latour e Michel Foucault (Reckwitz, 2002; Gherardi, 2006). Dessas influências, tem-se a noção da prática a partir das ideias de como os indivíduos concretizam o cotidiano (práxis); das atividades para formação do cotidiano imbricadas simultaneamente nas ações (prática).

Dessas ações, o dualismo tradicional entre sujeito e objeto é colocado em xeque pelo entendimento da relação entre os sujeitos e objetos nas práticas (Nicolini et al., 2003).

Assim, as teorias da prática se apresentam como uma abordagem que vai ao encontro às teorias sociais clássicas. Contudo, cada um desses autores que inspiraram a epistemologia das práticas, conceituam a ação e as atividades à sua maneira, bem como argumentam de maneiras diferentes sobre o que está além das ações/atividades que compõem as práticas (Schatzki, 2017).

As teorias da prática são compreendidas por um conjunto de estudos contrários ao tradicional gerencialista, que consideram as ações e processos de organizar ideias com vieses racionalistas e funcionalistas. Desse modo, elas se debruçam sobre os fenômenos da vida cotidiana organizacional, rompendo com os dualismos e dicotomias comumente utilizados em estudos funcionalistas (Reckwitz, 2002; Bispo, 2013; Nicolini, 2013).

O conceito de práticas e o que as compõem, trata-se de um conjunto de vozes sob o rótulo "estudos baseados na prática" o qual é bastante polifônico (Gherardi, 2009). Postill (2010, p.11) afirma que não há uma coerência e unificação acerca dessa teoria, no entanto ele a define como "um corpo de trabalhos sobre o trabalho do corpo". A dificuldade em definir o que se compreende como "prática" deve-se não apenas à polissemia do termo, mas também aos vários posicionamentos epistêmicos de diferentes pesquisadores (Gherardi, 2009).

Os Estudos Baseados em Prática (EBP) ou as teorias da prática são compreendidas por teorias culturais, que consideram a prática como ponto de partida para análise das ações criadas pelas relações entre as coisas em volta dos fenômenos sociais (Reckwitz, 2002). Trata-se de um movimento para promoção do avanço desses estudos, que tomam força no início desse século (Gherardi, 2009), em que esse movimento se preocupa em teorizar tais práticas e, visto que não há uma única teoria social da prática e a possibilidade de vocabulários distintos para cada prática (Gherardi, 2006; Nicolini, 2013). Esse movimento se configura como a "virada da prática", uma retomada ao conceito de prática para análise profunda do social (Schatzki, 2001; Nicolini, 2013).

Considerando a pluralidade de significados, o termo "prática" é utilizado no sentido de qualquer ação humana, o que leva a uma forma de realizar determinada prática. Nesse sentido, compreende-se por "prática" uma ação realizada de forma cotidiana, por meio de um conjunto de elementos interligados, e não somente algo único. Por práticas, sua compreensão semântica passa por processos, em que o conceito se transforma e desenvolve dentro desse campo, com seu corpo teórico heterogêneo, embora permaneça a crença sobre os fenômenos do cotidiano social (Schatzki, 2001).

Reckwitz (2002), conceitua as práticas como um tipo de comportamento rotinizado, composto por diversos

elementos interconectados entre si, tais como: formas de atividades corporais, formas de atividades mentais, “coisas” e seu uso, um conhecimento prévio na forma de compreender como se faz algo, estados de emoção e de conhecimento motivacional. Portanto, a prática é concebida a partir das relações entre esses elementos em um dado contexto, envolvendo, sobretudo, a subjetividade dos atores. Conforme explicado por Gherardi (2009, p. 117) “quando as práticas são lidas “de fora”, a investigação concentra-se em sua regularidade, no padrão que organiza as atividades e no entendimento mais ou menos compartilhado, que permite sua repetição”.

As práticas são sustentadas pelas performances incessantes dos atores (Schatzki, 1996), que podem ser consideradas atividades de formas rotinizadas de entender, saber como e desejar, cujos caminhos surgem, se desenvolvem e mudam com o tempo (Warde, 2005). Estas são também concebidas como um conjunto de atividades organizadas em torno de uma visão prática socialmente compartilhada, portanto os agentes e atividades são constituídos por meio das práticas (Schatzki, 2001). A teoria da prática social baseia-se no indivíduo como um ator efetivo, tanto quanto nas estruturas sociais.

De acordo com Gherardi (2014), o olhar pelas práticas apresenta uma linguagem flexível que possibilita observar os aspectos dos fenômenos, de forma mais próxima da realidade. Essa mudança de lente não se trata de uma visão simples, pois as práticas são complexas quando se busca observá-las e representá-las ao acessar no campo de estudo que se investiga (Gherardi, 2014; Santos & Alcadipani, 2015). Por isso deve-se tomar cuidado para o conceito e abordagens da prática, a fim de se evitar desarmonias epistemológicas e inconsistências metodológicas nos estudos.

Essa hibridização do campo de estudos interdisciplinar corresponde a novas perspectivas de análise e compreensão, em que o social é constituído e reconstituído nas ações imbricadas entre humanos e não humanos (Gherardi, 2001). Isso possibilita novas formas de observar as ações, de modo situado em cada atividade nas interações estabelecidas entre os elementos envolvidos nas práticas, o que leva a uma nova compreensão da relação dos indivíduos com o material presente no cotidiano social. Novos caminhos metodológicos são percorridos e linguagens são desenvolvidas, o que caracteriza um conhecimento na prática (*knowing-in-practice*) (Gherardi, 2006, 2009).

Com esse olhar para a prática, tem-se a possibilidade de abrangência de aspectos investigados em uma prática, que vai das ações de hábitos e valores sustentados pelo social, às formas de partilha de tal prática e seu conhecimento implícito, assim como à sua recursividade (Gherardi, 2014). Isso colabora para o entendimento de que o conceito de prática não se restringe a uma ação e sua rotina de um determinado fenômeno, pois são incluídas atividades irregulares, e em constantes processos de

mudanças (Schatzki, 2002). As definições estabelecidas nas teorias da prática consideram também conhecimento e significados de forma plural e não restrita a um comportamento rotineiro para definir o conceito de prática (Reckwitz, 2002; Gherardi, 2006; Santos & Alcadipani, 2015).

Sob a perspectiva das teorias da prática, considera-se que a vida social emerge de forma contínua nas ações cotidianas, e não como sendo independentes os fenômenos sociais investigados por essa relação recursiva e reflexiva entre as ações (Feldman & Orlikowski, 2011; Nicolini, 2013). Os estudos apontam em direção a uma análise entre a estrutura e agentes que constituem mutuamente os fenômenos imersos nesse contexto social coletivo (Reckwitz, 2002; Feldman & Orlikowski, 2011; Nicolini, 2013), o que leva a toda prática, ser social (Schatzki, 2003).

Partindo dessa compreensão, nota-se que as práticas sociais são realizadas por diferentes atores em tempos e espaços diferentes (Reckwitz, 2002), sendo elas inseridas em um conjunto de atividades e organização (Schatzki, 2003). Para as teorias culturais, as práticas se tornam um caminho para a compreensão da ordem social ser vista como uma incorporação de estruturas simbólicas coletivas de conhecimento, em que são compartilhados socialmente entre as ações que dão significação ao mundo social (Reckwitz, 2002).

O social é inerente à prática, dessa maneira, nas práticas sociais não se deve considerar o social apenas como estruturas (mentais, discurso) e na interação entre os atores, pois os fenômenos sociais estão imersos no mundo da prática (Schatzki, 2001; Reckwitz, 2002). Dessas conexões estabelecidas no campo das práticas sociais, considera-se a união de vários elementos, que são humanos (corpo e mente) e não-humanos (objetos, conhecimento) para constituição das ações, sendo necessários tais elementos para realização da prática (Reckwitz, 2002).

Borges et al. (2016) afirmam que as iniciativas que visam apreender a prática no contexto organizacional, devem considerar uma abordagem capaz de integrar a ação individual (micro), a atividade intraorganizacional (meso) e o contexto extraorganizacional (macro), implicando em avanços expressivos e no desenvolvimento teórico e científico, contribuindo efetivamente para a geração de conhecimento acerca de um dado fenômeno social e/ou organizacional. No entanto, de acordo com eles, a interligação entre esses níveis de análise perpassa pelo reconhecimento do papel desempenhado pelos praticantes, pelas atividades efetivas executadas por esses, e pelas práticas que se manifestam tanto em organizações como em seus campos sociais mais amplos, configurando um todo inter-relacionado (Whittington, 2006; Borges et al., 2016).

Schatzki (2001) destaca que autores têm explorado essa teoria baseada em perspectivas que tratam as práticas como habilidades, conhecimentos e pressupostos

vinculados a atividades; conjunto de atividades humanas; conjunto de atividades humanas em interação com elementos não-humanos, tais como objetos, artefatos, máquinas, ferramentas, e outros instrumentos em que se verifiquem a associação entre a atividade e seu uso/aplicação; ações executadas por agentes em um campo de práticas.

Todavia, os autores Borges et al. (2016) argumentam que embora existam inúmeras possibilidades de aplicações da teoria da prática nos estudos organizacionais, constata-se a necessidade de uma maior problematização da relação da mesma com aspectos mais específicos, atrelados à teoria organizacional, bem como uma melhor compreensão das particularidades da referida abordagem. Dessa maneira, a teoria da prática utilizada em áreas diversas do conhecimento, torna possível inúmeros recortes de análise ao que tange a compreensão de fenômenos sociais, a partir de diferentes lentes ontológicas e epistemológicas (Schatzki, 2001).

Nessa perspectiva, ao utilizar o conceito 'prática' nesse trabalho temos interesse na compreensão da produção / consumo de conhecimento e seu circuito de reprodução, conforme a discussão de Gherardi (2009). Para tanto, os estudos sobre empreendedorismo nessa abordagem são compatíveis com as discussões sobre a necessidade de explorar alternativas teóricas que não são baseadas nas tradicionalmente empregadas nas pesquisas, ou seja, as econômicas ou comportamentais. A partir dessa noção, reforçamos a possibilidade de compreender as atividades empreendedoras através da lente das teorias da prática (Anderson & Ronteau, 2017; Schatzki, 2001).

3 DO EMPREENDEDORISMO AO EMPREENDEDORISMO PÚBLICO

O primeiro sentido atribuído à palavra empreendedorismo possuía relação com as ações comprometidas, engajadas e que rompessem com a atitude natural das pessoas (Valadares & Emmendoerfer, 2015). No entanto, em razão dos avanços da sociedade e do capitalismo, o empreendedorismo a partir dos séculos XIX e XX passa a ser ressignificado como uma atividade que promove crescimento, transformando a figura do empreendedor no representante do objeto de manutenção e propagação do desenvolvimento econômico (Costa et al., 2011; Valadares & Emmendoerfer, 2015). O conceito de empreendedorismo se popularizou a partir da área disciplinar das Business Schools onde se manteve restrito durante várias décadas e ganhou forte expressão tanto nos meios de comunicação social como nos discursos políticos globais (Moreira, 2017).

Desde então o sentido do termo empreendedorismo está comumente relacionado à investimentos, riscos financeiros e planejamento, oriundos do ambiente econômico-mercantil (Sousa et al., 2010). No entanto,

conforme Silveira et al. (2007) apresentam, o empreendedorismo pode ser analisado como a concepção de algo novo, tendo como ponto de partida uma oportunidade.

Contudo, Valadares e Emmendoerfer (2015) ressaltam que as abordagens de empreendedorismo e os conceitos que o caracterizam e o particularizam reforçam e mantêm o status quo do empreendedor com base no seu desempenho. Nessa perspectiva, o empenho, a coragem e a dedicação podem ser considerados características essenciais para a conquista dos objetivos, conseqüentemente afastam-se do significado original que é fazer da pessoa um sujeito das ações que ele pode executar (Valadares & Emmendoerfer, 2015).

Com relação a esse aspecto, observa-se que grande parte das teorias organizacionais foram discutidas e desenvolvidas sob o escopo das organizações em geral, sem estabelecer quaisquer distinções entre o setor público e o privado. Assim, para analisar e interpretar as práticas e subsidiar a elaboração de novos modelos mentais no campo, existem correntes de pensamento que têm sido utilizadas como arcabouço teórico-conceitual, tanto de forma explícita quanto de forma tácita, em estudos sobre inovação e empreendedorismo, inclusive, no setor público (Emmendoerfer, 2019).

É importante lembrar que os anos 1970 e 1980 foram marcados pela consolidação da lógica neoliberal, uma vez que desde meados da década de 1970, a lógica do Welfare State estava sendo questionada quanto à sua incapacidade de garantir de forma satisfatória as demandas do Estado e da sociedade (Morais et al., 2014). Portanto, os pressupostos neoliberais iam ao encontro a essas demandas, tendo em vista que envolviam a liberdade dos indivíduos, o livre mercado, a crítica ao intervencionismo estatal, bem como a transposição de técnicas gerenciais para o setor público como se fosse uma fórmula mágica para a solução de problemas no setor público (Paula, 2005).

Desse modo, a partir da década de 1980, essa forma de governo consolidou-se pela onda global de reformas, contribuindo para a produção do discurso acerca do governo empreendedor (GE) no setor público enquanto fruto do pensamento neoliberal. Essa lógica posteriormente consolidou-se com o surgimento do modelo de administração pública gerencial, o NPM (Hood, 1991; Pollitt, 2000; Moraes et al., 2014).

No Brasil, o empreendedorismo direcionado ao setor público ganhou notoriedade a partir da década de 1990, especialmente em razão das mudanças implementadas nas dimensões política e administrativa (Martins et al., 2007). Com a reforma administrativa, o setor público passou por influências dos princípios norteadores da NPM ou Nova Administração Pública, passando a assumir traços mais gerenciais, ou seja, aqueles vinculados às abordagens funcionalistas.

A nova administração pública, portanto, adotou características multifuncionais, que auxiliam o novo papel

do governo para além do burocrático, na tentativa de tornar o setor público mais eficiente e moderno, conforme as premissas gerenciais presentes nas abordagens funcionalistas. Em virtude disso, o setor passou a adquirir características mais flexíveis, até então exclusivas do setor privado, mas sem abandonar o aparato burocrático racional-legal.

Nesse contexto, a NPM contribuiu para o surgimento do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado que assumiu como responsabilidade a nova administração pública e a reforma gerencial (Bresser-Pereira, 2000). Nessas condições, através da nova administração pública e da reforma gerencial, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas contribuiu significativamente para a consolidação do empreendedorismo (Dornelas, 2008).

Embora o empreendedorismo aplicado ao setor público traga em seu bojo a realização de práticas gerenciais e comportamentais, a sua principal premissa tem uma aplicação bastante distinta do setor privado, pois parte-se do princípio do bem comum e da agregação de valor para toda a sociedade (Valadares & Emmendoerfer, 2015). Nesse sentido, Jacobi e Pinho (2006) afirmam que o empreendedorismo no setor exerce significativa influência no cenário social, o que permite a análise através de alguns aspectos, quais sejam: a transformação do desenvolvimento das políticas públicas que foram direcionadas para o crescimento dos bens públicos e para os direitos dos cidadãos, a democratização da gestão, a transparência no desenvolvimento da administração, o aumento e desenvolvimento dos bens públicos e a melhoria do atendimento dos serviços públicos prestados a toda população (Jacobi & Pinho, 2006).

Também em virtude do processo da globalização, foi de suma importância que o setor público estivesse alinhado com as mudanças, por meio de uma forma de administração descentralizada, com características específicas do setor privado, para ter a capacidade de solucionar as demandas dos cidadãos (Bernardi & Guimarães, 2008). Logo, a associação do empreendedorismo ao setor público ancora-se no pressuposto de favorecer a qualidade dos serviços públicos que serão prestados à sociedade, exigindo que os governos redefinam o seu papel através do compromisso e da garantia de aperfeiçoar a admissão aos serviços públicos (Osborne & Gaebler, 1994).

A conceituação de empreendedorismo no setor público possui relação com a concepção de valor para a sociedade, ao associar a combinação dos recursos públicos, com o intuito de investigar as oportunidades sociais (Morris & Jones, 1999). Desse modo, essa forma de empreendedorismo define um novo papel proativo do governo, ao conduzir a sociedade para uma melhor qualidade de vida (Diefenbach, 2011). Destaque-se que o setor público difere não somente quanto aos fins do setor privado, mas também no processo (Valadares &

Emmendoerfer, 2015). Nesse sentido, os desempenhos das organizações públicas não são guiados somente pelos valores de gestão, mas também por valores políticos, sociais e institucionais.

Os empreendedores públicos, portanto, atuam na prática independentemente da organização a qual estão inseridos, do ambiente ou setor produtivo. Desse modo, cabe a esses profissionais identificar e coordenar oportunidades, bem como agir para atender necessidades que podem ser individuais, coletivas e/ou de interesse público (Shane & Venkataraman, 2001). Ao encontro a essas ideias, Julien (2010) reforça que nos estudos direcionados para o empreendedorismo, têm-se a relevância da chamada ação empreendedora, uma vez que esta permite a assimilação e compreensão desta ótica.

3.1 Ação Empreendedora

Lenzi et al. (2010) enfatizam que a ação empreendedora está associada à forma de desenvolver uma função inovadora que gere resultados válidos e que esteja de acordo com as ofertas e demandas do mercado. Com isso, as atitudes do indivíduo empreendedor direcionam-se para o aspecto da inovação, tornando-se a ação. Os debates referentes aos estudos da ação empreendedora estão voltados para as situações nas quais os empreendedores devem aproveitar novas oportunidades, avaliando-as e atuando oportunamente (Mocelin & Azambuja, 2017). Em suma, fundamentado em Lima (2010), compreende-se que a ação empreendedora é uma possibilidade viável para o desenvolvimento das organizações, visto que a mesma associada às ações gerenciais contribui com o branding da marca, bem como o aumento da sua competitividade.

Leyden (2016) reforça que para o desenvolvimento econômico das organizações é essencial que haja a incorporação da inovação e, esse processo só pode ocorrer através da ação empreendedora. Em face do exposto, busca-se enfatizar que as ações empreendedoras desenvolvidas em âmbito governamental consistem no reconhecimento da execução do valor público existente entre os gestores, ao se tratar da associação entre a escassez de recursos e a turbulência ambiental (DeGhetto et al., 2018).

De acordo com Silveira (2007), a incorporação da ação empreendedora no setor público objetiva a aquisição de resultados satisfatórios, em relação aos reconhecimentos oportunos que são utilizados pelos empreendedores, sobretudo por meio da criação de redes sociais. O próprio empreendedorismo voltado ao setor público avança com o desdobramento de ações empreendedoras decorrentes dos contatos entre as redes sociais (Sousa, 2010), uma vez que essas redes podem atuar inclusive de forças culturais e sociais, que buscam aumentar as capacidades e os objetivos da organização. Na visão de Berlim et al. (2006), a ação empreendedora

pública não visa a obtenção do lucro, assim volta seus esforços para a melhoria dos resultados sociais.

Ademais, esse formato de ação empreendedora busca o esforço coletivo de pessoas ou organizações, que possuem objetivos determinados em comum e que procuram melhorar os serviços ofertados para a sociedade (Zen & Fracasso, 2008) e, pode favorecer a solução para demandas do setor público, por meio da efetivação de políticas públicas direcionadas para a emancipação econômica, social e política, que possuem a finalidade de transformação social (Silva et al., 2016). Portanto, a ação empreendedora aplicada no setor público pode ser estabelecida quando se trata de uma ação que possui como objetivo a consideração de oportunidades de negócios, relacionadas às percepções de novos recursos, que resultarão na concepção ou melhoria de um empreendimento público (Sousa et al., 2010).

4 REFLEXÕES ACERCA DAS CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS DA PRÁTICA PARA O EMPREENDEDORISMO NO SETOR PÚBLICO

Diante do que foi exposto até o momento, observa-se que pela lente do empreendedorismo, várias abordagens são utilizadas como recorte analítico, sendo as mais comuns as vertentes econômicas e comportamentais que têm maior número de pesquisas e publicações. No entanto, tratando-se do empreendedorismo voltado para o setor público, embora tenha ganhado relevância a partir de 1990, nota-se a grande lacuna de pesquisa acerca desse enfoque. Esse locus de análise é muito pouco explorado e debatido, o que implica na necessidade de uma discussão teórica voltada para o setor público e, também, para a problematização de aspectos vinculados ao empreendedorismo e à ação empreendedora neste segmento da realidade empírica (Borges et al., 2006).

Por essa razão, o olhar acerca do empreendedorismo sob o viés das abordagens da prática constitui-se como uma alternativa bastante rica e positiva para a área, ao que tange às novas possibilidades de se abordar um tema que é pesquisado apenas sob a ótica funcionalista convencional. Mesmo dispondo de diversificadas correntes epistemológicas (Nicolini et al., 2003), os Estudos Baseados em Prática evitam dualismos e concebem as práticas como produtoras da sociedade e das organizações (Feldman & Orlikowski, 2011; Schatzki, 2006). Desse modo, conforme argumentam Marins e Davel (2019) uma orientação para a prática do processo empreendedor pode gerar muitas possibilidades para a pesquisa da práxis da teorização social no campo (Steyaert, 2007). Tem-se uma base de valor que está além da ação instrumental, cujo enfoque está na ampliação, estímulo e o desenvolvimento de uma visão mais complexa do processo de empreender (Marins & Davel, 2019).

Portanto, cumpre-se a partir deste ponto, o objetivo desse artigo de discutir a temática à luz das teorias das

práticas, sobretudo para ressaltar a importância de se compreender as práticas empreendedoras circunscritas em contextos específicos (Borges et al., 2016). Tratando-se do setor público, tais análises tornam-se ainda mais relevantes e necessárias, uma vez que ações e atividades orientam práticas que se desenvolvem em meio a um arcabouço legal que lhe é peculiar.

A partir dessas considerações, pesquisas vêm alertando para a possibilidade de compreender as atividades empreendedoras através das teorias da prática (Anderson & Ronteau, 2017; Schatzki, 2001), no entanto, é importante frisar que o empreendedorismo deve ser analisado com o foco no que o empreendedor de fato faz, ou seja, nas suas ações/atividades que compõem as práticas. Desse modo, essa possibilidade de análise viabiliza uma melhor compreensão da criação e reprodução de práticas empreendedoras ao longo do tempo, do contexto em que essas se manifestam, e dos agentes empreendedores que as constroem (Anderson & Ronteau, 2017; Borges, 2017).

Como o empreendedorismo público tem sido pesquisado sob as perspectivas gerencial e comportamental, compreendê-lo por meio das abordagens das práticas possibilita um melhor entendimento sobre o que os empreendedores de fato fazem, considerando suas decisões fundadas em entendimentos e realizações (Anderson & Ronteau, 2017). Dessa forma, considera-se que a constituição de padrões de comportamento, formas de compreender, saber e desejar são elementos e qualidades do empreendedorismo que estão vinculadas a questões individuais, coletivas e espaciais (Thompson et al., 2016; Marins & Davel, 2019), portanto, a ação empreendedora trata-se de uma atividade a qual associa-se a uma dada forma de desenvolver uma função inovadora, cujos resultados sejam válidos (Lenzi et al., 2010).

Baseando-se na ideia de que empreendedorismo acontece no âmbito das práticas cotidianas, o conhecimento tácito e o relacionamento são relevantes para desenvolver organizações e sociedade de forma criativa e oportuna (Certeau, 2013; Johannisson, 2011; Marins & Davel, 2019). No entanto, diante da realidade do setor público no contexto brasileiro, tais ações são executadas em situações de extrema escassez de recursos, bem como um ambiente organizacional bastante específico. Desse modo, o empreendedorismo se relaciona com a prática, à medida que ações e atividades são implementadas a partir de um plano de ações e objetivos previamente definidos. Logo, a compreensão do fenômeno a partir das práticas, valida as diferenças entre contextos sócio-históricos, considera as diversas posições diferenciais ocupadas pelos indivíduos em um mesmo espaço social, bem como a função das coações estruturais que tais posições exercem sobre os universos representacionais dos agentes (Peters, 2013).

Com o intuito de evidenciar e representar graficamente a nossa discussão acerca do empreendedorismo público sob a perspectiva das práticas, propomos a seguinte imagem:

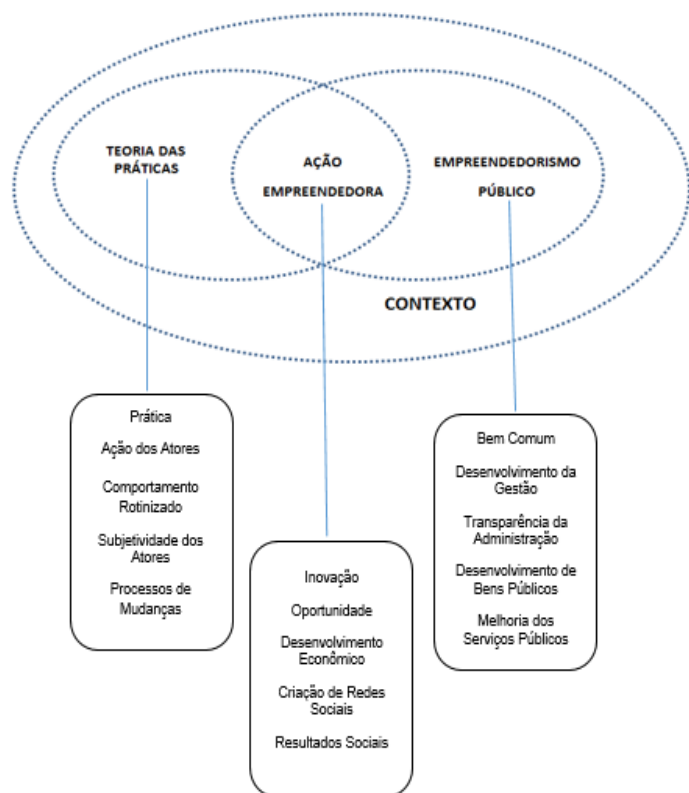


Figura 1. Empreendedorismo público sob a perspectiva das práticas.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Com a Figura 1, evidencia-se que onexo causal entre o empreendedorismo público e as teorias da prática se dá sobretudo por meio da ação empreendedora, pois, conforme Borges et al. (2016), as articulações entre as perspectivas procedimentais desse fenômeno, bem como o conceito de ação empreendedora, permitem considerar o empreendedorismo como uma prática.

Todavia, cabe ressaltar que sob a ótica da prática, o empreendedorismo não é concebido a partir de uma postura estereotipada ou heroica, mas como atividades do cotidiano feitas por meio de processos socioculturais (De Clercq & Vonorov, 2009; Marins & Davel, 2019).

Ressalte-se, ainda, que as linhas tracejadas na Figura 1 indicam que em todos os espaços compreendidos pelas teorias da prática, pelo empreendedorismo e pelo próprio contexto são permeados por fatores os quais tornam essas práticas únicas e específicas em um dado cenário. Nesse sentido, ambos são mutáveis, isto é, sofrem influência direta de fatores externos como por exemplo, o contexto sócio-histórico. Portanto, nesse estudo, assim como argumentam Marins e Davel (2019), considera-se o empreendedorismo como um fenômeno complexo que é significativamente influenciado tanto pelos indivíduos quanto pelas relações sociais, contexto, ambiente e história.

Logo, compreender o empreendedorismo por meio das práticas, possibilita um melhor entendimento sobre o que os empreendedores de fato fazem, considerando suas decisões fundamentadas em entendimentos, sentimentos e realizações (Anderson & Ronteau, 2017; Paiva et al., 2018; Marins & Davel, 2019). O empreendedorismo enquanto prática pode ser apreendido como uma forma de perceber a existência de irracionalidades, sentimentos e emoções para além de resultados econômicos e da visão do empreendedorismo como algo intencional e planejado (Marins & Davel, 2019). Portanto, reforçamos que a perspectiva da prática pode contribuir de forma significativa para as pesquisas referentes ao empreendedorismo, em que os processos sociais que constituem as organizações podem ser considerados, principalmente àqueles presentes no setor público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender a ação empreendedora no empreendedorismo público à luz das teorias da prática. Nessa perspectiva, acredita-se que o objetivo foi respondido, através da representação gráfica proposta, que enfatizou as relações existentes entre essas temáticas, o que ficou como principal contribuição dessa reflexão teórica.

Conforme dito anteriormente, o nexo causal existente entre as teorias da prática e o empreendedorismo no setor público, consiste sobretudo na ação empreendedora. Nesse sentido, as articulações entre as perspectivas procedimentais desse fenômeno, bem como o conceito de ação empreendedora, permitem considerar o empreendedorismo como uma prática (Borges et al., 2016). Logo, parte-se do pressuposto de que o empreendedorismo é concebido inclusive por atividades do cotidiano feitas por meio de processos socioculturais (De Clercq & Vonorov, 2009; Marins & Davel, 2019).

O empreendedorismo à luz das práticas permite que as observações estejam nas micro ações dos indivíduos, isto é, sob a lente das práticas a ênfase está no que os empreendedores de fato fazem, considerando suas decisões ancoradas em entendimentos, sentimentos e realizações (Anderson & Ronteau, 2017; Paiva et al., 2018; Marins & Davel, 2019). Em virtude disso, defende-se que a perspectiva da prática, especialmente em relação ao empreendedorismo no setor público contribui de forma significativa por propor uma observação e análise de ações, as quais permeiam este contexto e que por diversas vezes podem passar despercebidas. Isso ocorre também pela relevância dada aos processos sociais que constituem as organizações, principalmente àqueles presentes no setor público.

Por meio desta reflexão teórica foi possível compreender que a ação empreendedora no empreendedorismo público pode ser estudada e analisada à luz das teorias da prática, através de uma proposta ilustrada pela figura apresentada, em relação à temática

abordada, e que poderá ser utilizada por outros pesquisadores. Ademais, este estudo representa uma construção alternativa da ação empreendedora, o qual poderá ser aplicado em várias dimensões, seja educacional, político, cultural, social, entre outros.

Como agenda futura de pesquisa, sugere-se estudos direcionados para o empreendedorismo no setor público sob a ótica da prática, visto que esse lócus e o foco de análise são pouco explorados e discutidos, o que implica na necessidade de uma discussão teórica voltada para essa questão e, também para a problematização de aspectos vinculados ao empreendedorismo e à ação empreendedora. Como a realização de estudo de caso a fim de evidenciar os aspectos teórico-práticos do empreendedorismo público sob a perspectiva das práticas.

REFERÊNCIAS

- Anderson, A., & Ronteau, S. (2017). Towards an entrepreneurial theory of practice: emerging ideas for emerging economies. *Journal of Entrepreneurship in Emerging Economies*, Beijing, 9(2), 110-120. <https://doi.org/10.1108/JEEE-12-2016-0054>
- Berlim, C. G., Portella, F. O., Franceschini, I. S., & Carvalho, M. T. (2006). Princípios e práticas de empreendedorismo: um novo paradigma em educação e em psicopedagogia. *Revista Psicopedagogia*, 23(70), p. 62- 67.
- Bernardi, M. M. E., & Guimarães, T. B. (2008). Empreendedores públicos: uma experiência de gestão estratégica de pessoas na administração pública do governo do estado de Minas Gerais. *Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Buenos Aires, Argentina, XIII. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000300006>
- Bispo, M. (2013). Estudos baseados em prática: conceitos, história e perspectivas. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 2(1), 13-33. <https://doi.org/10.9771/23172428riqs.v2i1.10058>
- Borges, A. F. (2017). *Empreendedorismo como prática: um estudo em organizações produtoras de cachaça artesanal*. (Tese de Doutorado em Administração). Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais, Brasil. <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/28256>
- Borges, A. F., Brito, M. J., & Lima, J. B. (2016). Entrepreneurship: concebendo o fenômeno do empreendedorismo como uma prática. *Encontro da Anpad*, Costa do Sauípe, Bahia, Brasil, XL.
- Bresser-Pereira, L. C. (2000). A reforma gerencial do Estado de 1995. *Revista de Administração Pública*, 34(4) 7-26. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6289>
- Certeau, M. (2013). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, p.322.
- Clercq, D., & Vonorov, M. (2009). Toward a practice perspective of entrepreneurship: entrepreneurial legitimacy as habitus. *International Small Business Journal*, 27(4), 395-419. <https://doi.org/10.1177/0266242609334971>
- DeGhetto, K., Sutton, T., & Zorn, M. L. (2018). Institutional drivers of born-public ventures. *Journal of Entrepreneurship and Public Policy*, 7(1), 14-33. <https://doi.org/10.1108/JEPP-D-17-00012>
- Diefenbach, F. E. (2011). *Entrepreneurship in the public sector: when middle managers create public value*. Wiesbaden: Gabler Verlag.
- Dornelas, J. C. A. (2008). *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. (3 ed.) Rio de Janeiro: Elsevier.
- Emmendoerfer, M. L. (2019). Inovação e empreendedorismo no setor público. Brasília: Enap.
- Feldman, M. S., & Orlikowski, W. J. (2011). Theorizing practice and practicing theory. *Organization Science*, 22(5), 1240-1253. <https://doi.org/10.1287/orsc.1100.0612>
- Gherardi, S. (2001). From Organizational Learning to Practice-Based Knowing. *Human Relations*, 54(1),131-139. <https://doi.org/10.1177/0018726701541016>
- Gherardi, S. (2006). *Organizational knowledge: the texture of workplace learning*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Gherardi, S. (2009). Introduction: The Critical Power of the 'Practice Lens'. *Management Learning*, 40(2), 115-128. <https://doi.org/10.1177/1350507608101225>
- Gherardi, S. (2014). O poder crítico da lente das práticas. In: S. Gherardi & A. Strati (Eds.), *Administração e Aprendizagem na Prática* (pp. 43-60). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Hood, C. (1991). A Public Management for All Seasons?. *Public Administration*, 69(1), 3-19. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.1991.tb00779.x>
- Jacobi, P., & Pinho, J. A. (2006). *Inovação no campo da gestão pública local: novos desafios, novos patamares*. Rio de Janeiro: FGV.
- Julien, P. A. (2010). *Empreendedorismo regional e economia do conhecimento*. São Paulo: Saraiva.
- Johannisson, B. (2011). Towards a practice theory of entrepreneurship. *Small Business Economics*, 36(2), 135-150.
- Lenzi, F. C., Kiesel, M. D., & Zucco, F. D. (2010). *Ação empreendedora: como desenvolver e administrar o seu negócio com excelência*. São Paulo: Gente.
- Leyden, D. P. (2016). Public-sector entrepreneurship and the creation of a sustainable innovative economy. *Small Business Economics*, 46(4), 553-564. <https://doi.org/10.1007/s11187-016-9706-0>
- Lima, J. B. (2010) Ações empreendedoras e práticas da pesquisa em empreendedorismo. In F. Gimenez, J. Morais & S. C. Ramos (Eds.), *Empreendedorismo e estratégia de empresas de pequeno porte* (pp. 24-40). Curitiba: Editora Champagnat.
- Lumpkin, G. T., & Dess, G. G. (1996). Clarifying the entrepreneurial orientation construct and linking it to performance. *Academy of Management Review*, 21(1), 135-172. <https://doi.org/10.5465/amr.1996.9602161568>
- Marins, S. R., & Davel, E. P. B. (2019). Empreendedorismo como Prática: Empreendedorismo Cultural na Prática Festiva do Pagode Baiano. *Teoria e Prática em Administração*, 9(2), 14-34. <https://doi.org/10.21714/2238-104X2019v9i2-43231>
- Martins, P. E. M., Imasato, T., & Pieranti, O.P. (2007). Reformas administrativas brasileiras recentes: a dimensão estrutural e o desafio de quebra de um paradigma na administração pública. *Encontro da Anpad*, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, XXXI.
- Meneghetti, F. K. (2011). O que é um Ensaio-Teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, 15(2), 320-332. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000200010>
- Mintzberg, H. (1973). *The nature of managerial work*. New York: Harper and Row.
- Mocelin, D. G., & Azambuja, L. R. (2017). Empreendedorismo intensivo em conhecimento: elementos para uma agenda de pesquisas sobre a ação empreendedora no Brasil. *Sociologias*, 19(46), 30-75. <https://doi.org/10.1590/15174522-019004602>
- Morais, M. C. A., Valadares, J. L., Emmendoerfer, M., & Tonelli, D. (2015). Polissemias do empreendedorismo no setor público. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de*

- Pequenas Empresas, 4(1), 26-53. <https://doi.org/10.14211/regepe.v4i1.200>
- Morris, M. H., & Jones, F. F. (1999). Entrepreneurship in Established Organizations: The Case of the Public Sector. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 24(1), 71-91. <https://doi.org/10.1177/104225879902400105>
- Nassif, V. M. J., Silva, N. B., Ono, A. T., Bontempo, P. C., & Tinoco, T. (2010). Empreendedorismo: área em evolução? Uma revisão dos estudos e artigos publicados entre 2000 e 2008. *Innovation and Management Review*, 7(1), 142-157. <https://www.revistas.usp.br/rai/article/view/79164>
- Nicolini, D., Gherardi, S., & Yanow, D. (2003). Introduction: toward a practice-based view of knowing and learning in organizations. In D. Nicolini, S. Gherardi, & D. Yanow (Orgs.), *Knowing in organizations: a practice-based approach* (pp. 3-31). London: Sharpe.
- Osborne, D., & Gaebler, T. (1994). *Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público*. Brasília: MH Comunicação.
- Paiva, F. G., Júnior. (2004). *O empreendedorismo na ação de empreender: uma análise sob o enfoque da fenomenologia sociológica de Alfred Schütz*. (Tese de Doutorado em Administração). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
- Paula, A. P. P. (2005). *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV.
- Peters, G. (2013). Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28(83), 47-71. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000300004>
- Pollitt, C. (2000). Is the emperor in his underwear? An analysis of the impacts of Public Management Reform. *Public Management*, 2(2), 181-199. <https://doi.org/10.1080/14719030000000009>
- Postill, J. (2010). Introduction: theorising media and practice. In B. Brauchler & J. Postill (Orgs.), *Theorising media and practice*. Oxford e Nova York: Berghahn.
- Reckwitz, A. (2002). Toward a theory of social practices: A development in culturalist theorizing. *European Journal of Social Theory*, 5(2), 243-263. <https://doi.org/10.1177/13684310222225432>
- Santos, L. L. S., & Alcadipani R. (2015). Por uma epistemologia das práticas organizacionais: a contribuição de Theodore Schatzki. *Organizações & Sociedade*, 22(72), 79-98. <https://doi.org/10.1590/1984-9230724>
- Schatzki, T. (1996). *Social practices: a wittgensteinian approach to human activity and the social*. New York: Cambridge University Press.
- Schatzki, T. (2001). Introduction: practice theory. In T. Schatzki, K. Knorr-Cetina & E. Von Savigny (Orgs.), *The Practice Turn in Contemporary Theory*. London: Routledge.
- Schatzki, T. (2002). *The site of the social: a philosophical exploration of the constitution of social life and change*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.
- Schatzki, T. (2003). A new societist social ontology. *Philosophy of the Social Sciences*, 33(2), 174-202. <https://doi.org/10.1177/0048393103033002002>
- Schatzki, T. (2006). On organizations as they happen. *Organization Studies*, 27(12), 1863-1873. <https://doi.org/10.1177/0170840606071942>
- Schatzki, T. (2017). Practices and People. *Teoria e Prática em Administração*, 7(1), 26-53. <https://doi.org/10.21714/2238-104X2017v7i1-32735>
- Shane, S. & Venkataraman, S. (2001). Entrepreneurship as a field of research: A response to Zahra and Dess, Singh, and Erikson. *Academy of Management Review*, 26, 13-16. <https://doi.org/10.5465/amr.2001.27879269>
- Silva, C. A., Valadares, J. L., & Andrade, D. M. (2016). Ações empreendedoras na gestão pública: análise do programa Crédito Solidário (PCS) em um município do sul de Minas Gerais. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 15(1), 55-68. <https://doi.org/10.21529/RECADM.2016005>
- Silveira, A. C. da, Boneli, J. J., Castro, N. E., & Barbosa, P. A. (2007). Empreendedorismo: a necessidade de se aprender a empreender. *Foco*, 2(1).
- Sousa, J. L., Paiva, F. G., Júnior, & Lira, Z. B. (2010). A abordagem multidimensional do empreendedorismo no setor público: o caso da ação empreendedora da Fundação Joaquim Nabuco. *Revista Gestão & Planejamento*, 11(2), 337-354.
- Thompson, N. A., Verduyn, K., Stam, A. M. C. E., & Gartner, W. B. (2016). Entrepreneurship as practice: grounding contemporary practice theory into entrepreneurship studies. *Entrepreneurship and Regional Development*, 28(9-10), 813-816.
- Valadares, J. L., & Emmendoerfer, M. L. (2015). A Incorporação do Empreendedorismo no Setor Público: reflexões baseadas no contexto brasileiro. *Revista de Ciências da Administração*, 17(41), 82-98. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2015v17n41p82>
- Warde, A. (2005). Consumption and Theories of Practice. *Journal of Consumer Culture*, 5(2), 131-153. <https://doi.org/10.1177/1469540505053090>
- Watson, T. J. (2013). Entrepreneurship in action: Bringing together the individual, organizational and institutional dimensions of entrepreneurial action. *Entrepreneurship and Regional Development*, 25(5-6), 404-422.
- Whittington, R. (2006). Completing the Practice Turn in Strategy Research. *Organization Studies*, 27(5), 613-634. <https://doi.org/10.1177/0170840606064101>
- Zen, A. C., & Fracasso, E. M. (2008). Quem é o empreendedor? as implicações de três revoluções tecnológicas na construção do termo empreendedor. *Revista de Administração Mackenzie*, 9(8), 135-150. <https://doi.org/10.1590/S1678-69712008000800008>
- Zica, R. M. F., Martins, H. C., Gomes, O. A., & Gonçalves, C. A. Ação empreendedora e constituição de micro e pequenas empresas: um estudo sobre a evolução quantitativa de negócios formais no estado de Minas Gerais. (2016). *Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil, IX EGEPE.

CONTEXTUS

REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ECONOMIA E GESTÃO.

ISSN 1678-2089

ISSNe 2178-9258

1. Economia, Administração e Contabilidade – Periódico
2. Universidade Federal do Ceará. FEAAC – Faculdade de
Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
ATUÁRIA E CONTABILIDADE (FEAAC)**

Av. da Universidade – 2486, Benfica
CEP 60020-180, Fortaleza-CE

DIRETORIA: Paulo Rogério Faustino Matos
Danielle Augusto Peres

Website: www.periodicos.ufc.br/contextus

E-mail: revistacontextus@ufc.br



A Contextus está classificada no sistema Qualis – Capes como periódico B1, na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo (2013-2016).



A Contextus está de acordo e assina a Declaração de São Francisco sobre a Avaliação de Pesquisas (DORA).



A Contextus é associada à Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC).



Esta obra está licenciada com uma licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional.

EDITOR-CHEFE

Diego de Queiroz Machado (UFC)

EDITORES ADJUNTOS

Alane Siqueira Rocha (UFC)

Márcia Zabdiele Moreira (UFC)

EDITORES ASSOCIADOS

Adriana Rodrigues Silva (IPSantarém, Portugal)

Alessandra de Sá Mello da Costa (PUC-Rio)

Allysson Alex Araújo (UFC)

Andrew Beheregarai Finger (UFAL)

Armando dos Santos de Sousa Teodósio (PUC-MG)

Brunno Fernandes da Silva Gaião (UEPB)

Carlos Enrique Carrasco Gutierrez (UCB)

Cláudio Bezerra Leopoldino (UFC)

Dalton Chaves Vilela Júnior (UFAM)

Elionor Farah Jreige Weffort (FECAP)

Ellen Campos Sousa (Gardner-Webb, EUA)

Gabriel Moreira Campos (UFES)

Guilherme Jonas Costa da Silva (UFU)

Henrique César Muzzio de Paiva Barroso (UFPE)

Jorge de Souza Bispo (UFBA)

Keysa Manuela Cunha de Mascena (UNIFOR)

Manuel Anibal Silva Portugal Vasconcelos Ferreira (UNINOVE)

Marcos Cohen (PUC-Rio)

Marcos Ferreira Santos (La Sabana, Colômbia)

Mariluce Paes-de-Souza (UNIR)

Minelle Enéas da Silva (La Rochelle, França)

Pedro Jácome de Moura Jr. (UFPB)

Rafael Fernandes de Mesquita (IFPI)

Rosimeire Pimentel (UFES)

Sonia Maria da Silva Gomes (UFBA)

Susana Jorge (UC, Portugal)

Thiago Henrique Moreira Goes (UFPR)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Sílvia Rocha Ipiranga (UECE)

Conceição de Maria Pinheiro Barros (UFC)

Danielle Augusto Peres (UFC)

Diego de Queiroz Machado (UFC)

Editinete André da Rocha Garcia (UFC)

Emerson Luís Lemos Marinho (UFC)

Eveline Barbosa Silva Carvalho (UFC)

Fátima Regina Ney Matos (ISMT)

Mario Henrique Ogasavara (ESPM)

Paulo Rogério Faustino Matos (UFC)

Rodrigo Bandeira-de-Mello (FGV-EAESP)

Vasco Almeida (ISMT)

CORPO EDITORIAL CIENTÍFICO

Alexandre Reis Graeml (UTFPR)

Augusto Cezar de Aquino Cabral (UFC)

Denise Del Pra Netto Machado (FURB)

Ednilson Bernardes (Georgia Southern University)

Ely Laureano Paiva (FGV-EAESP)

Eugenio Ávila Pedrozo (UFRGS)

Francisco José da Costa (UFPB)

Isak Kruglianskas (FEA-USP)

José Antônio Puppim de Oliveira (UCL)

José Carlos Barbieri (FGV-EAESP)

José Carlos Lázaro da Silva Filho (UFC)

José Célio de Andrade (UFBA)

Luciana Marques Vieira (UNISINOS)

Luciano Barin-Cruz (HEC Montréal)

Luis Carlos Di Serio (FGV-EAESP)

Marcelle Colares Oliveira (UFC)

Maria Ceci Araujo Misoczky (UFRGS)

Mônica Cavalcanti Sá Abreu (UFC)

Mozar José de Brito (UFL)

Renata Giovinzano Spers (FEA-USP)

Sandra Maria dos Santos (UFC)

Walter Bataglia (MACKENZIE)